



**Cam-naté Augusto
Bissindé**

**AS RELAÇÕES ENTRE HAITI E ESTADOS UNIDOS:
DEPENDÊNCIA E HEGEMONIA**

**THE RELATIONS BETWEEN HAITI AND THE UNITED
STATES: DEPENDENCE AND HEGEMONY**

Graduado em Relações Internacionais pela UFRGS, mestrando em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFG. É financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Estado de Goiás, FAPEG.

RESUMO: O presente artigo aborda a relação de dependência e da hegemonia entre o Haiti e os Estados Unidos ao longo do século XX. É nítido perceber, ao longo do texto, a predominância e influência norte-americana em território haitiano. Mesmo antes da primeira Guerra mundial, o país caribenho rapidamente se tornou um centro da margem de influência americana sem precedente no ponto de vista político, econômico e social, com várias intervenções, ora, unilateralmente, ora em ação conjunta, por intermédio de organizações supranacionais, como por exemplo a ONU. O nosso recorte temporal compreende todo século XX, porém com maior ênfase a partir dos anos 1950 ao final dos anos 1990.

Palavras-chave: Relações de dependência. Hegemonia. Haiti-Estados Unidos.

ABSTRACT: This article discusses the relationship of dependence and hegemony between Haiti and the United States throughout the twentieth century. It is clear to realize throughout the text, the predominance and American influence in Haitian territory even before the first World War. The Caribbean country quickly became a center of America's unprecedented margin of influence from a political, economic, and social point of view, with several interventions, sometimes unilaterally, sometimes in joint action through supranational organizations such as the UN. Our time frame comprises every twentieth century, but with greater emphasis from the 1950s to the late 1990.

Keywords: Dependency relations; Hegemony; Haiti-United States.

1 Introdução

A análise no presente artigo busca, acima de tudo, narrar uma histórica relação de dependência entre dois Estados, Haiti e Estados Unidos da América, com vista a compreender a relação de dependência do pequeno país caribenho em relação à superpotência norte-americana. Isto porque tal relacionamento afetou profundamente a maneira de inserção internacional do país no seu pós-independência e construiu as bases para o comportamento hodierno do Haiti, tanto no quesito político quanto no socioeconômico e social. Para isso, elencamos aqui uma contextualização cronológica, mister para a consolidação de tais relações e que bem demonstra a atual forma de dominação que os EUA exercem sobre o Haiti. É importante enfatizar o processo da proximidade entre os dois países como fruto de uma longa investida oriunda de um pensamento universalizado, a partir de uma crença da missão “divina” entregue aos americanos para propagar a liberdade às nações “cativas”, consagrada pelo “Destino Manifesto” e, posteriormente, pela “Doutrina Monroe”. A história da ocupação e anexação de territórios nos Estados Unidos é marcada por um sentimento peculiar deste povo, caracterizado pela ideia de que os americanos exerciam um papel designado por Deus.

A partir da década de 1980, especificamente com a ascensão do neoliberalismo em escala global – impulsionado pelo conceito de globalização incipiente –, torna-se mais palpável a compreensão da ligação contemporânea dos dois países, que se manifesta pela extrema dependência econômica e a total permanência do Haiti na zona de hegemonia dos Estados Unidos. Dentro desse cenário, buscamos trazer uma contextualização histórica, que remonta aos séculos XIX e XX, das relações entre os dois países, dando ênfase mais ao século XX. Adotamos uma metodologia qualiquantitativa, que objetiva em narrar os principais acontecimentos que marcaram a intrínseca relação entre as duas nações. A nossa análise histórica prioriza uma narrativa a partir da ditadura Duvalierista e os acontecimentos posteriores que tomaram as rédeas das relações entre os Estados Unidos e Haiti. E isto implica a perspectiva de contextualizar a maneira como o país caribenho adentrou os anos 1980/1990 na zona de influência exclusiva estadunidense.

2 Contextualização histórica da dependência haitiana

O Haiti conquistou sua independência em 1804, através de uma rebelião de escravizados que vinha se arrastando ao longo das décadas anteriores, incitada pela conjuntura sociopolítica

e econômica na França (Revolução Francesa¹). Tal Estado foi, assim, o segundo país soberano na América, embora a França tenha recusado imediatamente o reconhecimento da independência do país, somente passando a reconhecer a autonomia política do mesmo em 1824, sob a condição de que o país pagasse uma indenização no valor de 150 mil francos². Outras potências europeias seguiram o exemplo francês, com medo de que tal reconhecimento pudesse incitar outras colônias a seguirem os mesmos passos dados pela ilha caribenha. Contudo, os Estados Unidos, primeira nação independente do continente americano, reconheceram a soberania do Haiti somente em 12 de julho de 1862, quando Abraham Lincoln, presidente dos EUA à época, enviou um representante diplomático para o país em questão.

Tal disposição política ocorreu somente meio século após a independência do Haiti. Os Estados Unidos temiam que o reconhecimento de um Estado advindo de uma revolução escravista poderia provocar revoltas internas de escravos em seu território nacional, incitando a instabilidade interna do país, que só reconheceu a abolição da escravatura em 1863. (FARMER, p. 67, 2016; HOFFMANN, 1980, pg. 289; MATIJASCIC, 2009; OFFICE OF THE HISTORIAN, 2019; VASCONCELOS, 2021).

É interessante caracterizar a postura dos Estados Unidos perante suas ações em relações com outros países ou povos. O espírito da dominação foi algo que desde muito cedo fazia parte do DNA de orgulho de um norte-americano. Baseados na crença de ser parte de uma nova nação especialmente escolhida por Deus e destinada a ser a maior de todas elas, os estadunidenses intensificaram sua expansão territorial e a justificavam com a missão que lhes foi supostamente resignada de levar o esclarecimento aos povos considerados inferiores. A ideia pressupõe ainda que os estadunidenses se consideram de um povo poderoso do ponto de vista socioeconômico, político, militar e cultural, e que todos, no entanto, precisariam submeter à sua vontade perante essa missão. O termo Destino Manifesto³, criado no século XIX, condensava sentimentos

¹ Revolução Francesa foi conhecida por alguns estudiosos como um marco da liberdade política ocorrida na França e que tem influenciado o mundo no sentido de atentar aos princípios de direitos políticos em regimes democráticos. A revolução teve seu início em 1789 e perdurou por uma década. Constata-se a partir dela um resultado triunfante da classe operária sobre a burguesia política e clero.

² O franco é a tradicional moeda francesa que tinha sua expansão em maior parte de territórios coloniais da França. Apesar de sair da circulação quando esta integrou a zona do euro em 2002, a moeda ainda desempenha papel-chave em outros países, pois ela continua sendo moeda usada em algumas economias africanas da colônia francesa, e garante privilégios econômicos para a nação europeia.

³ O termo “Doutrina Monroe” foi uma expressão criada por John O’Sullivan, um jornalista de carreira no ano de 1845. A ideia inicial era de retratar a supremacia norte-americana na referida missão de cumprir o chamado divino de expandir seu domínio imperial sobre outros povos. A doutrina fundamenta-se em três pilares chave: *i*) a virtude do povo americano e suas instituições; *ii*) a missão de difundir essas instituições, resgatando e refazendo o mundo à imagem dos Estados Unidos; e *iii*) o destino dado por Deus para executar essa missão.

nacionalistas e expansionistas já enraizados nos estadunidenses. A origem do termo está ligada à política expansionista de meados do referido século. Foi John O'Sullivan quem o utilizou para descrever seu sonho a respeito do futuro da América (COSTA, 2012; MOUNTJOY, 2009).

Consiste na mesma objetividade a chamada “Doutrina Monroe”, que visava, sobretudo, garantir de forma antecipada a influência e controle do hemisfério continental americano. A doutrina se baseia em três pilares principais: *i)* O continente americano não pode ser objeto de uma recolonização; *ii)* É inadmissível a intervenção de qualquer país europeu nos negócios internos ou externos de países americanos; e *iii)* Os Estados Unidos, em troca, se absterão de intervir nos negócios pertinentes aos países europeus. Os Estados Unidos passaram a aplicar a estratégia de influência diplomática forte, acompanhada em certas ocasiões com benefícios econômicos no sentido de atrair as novas repúblicas para a sua órbita. Na sua argumentação, Schilling (2002) enfatiza a ideia de que a Doutrina Monroe exprimia um rompimento de “cordão umbilical” que até então conciliava a relação entre o velho e o novo mundo. O autor realça ainda que as exigências da Doutrina Monroe ganharam destaque após a agitação interna da guerra civil.

Na concepção de Schoutz (2000) os estadunidenses criam uma imagem negativa com relação ao povo latino-americano. Conforme o texto abaixo, a delimitação geográfica pesa muito na definição criada para caracterizar a diferença no hemisfério:

Norte-americanos nunca viram os latino-americanos de maneira positiva. Desde o século XIX, os habitantes do “México para baixo” são tidos como irremediavelmente inferiores em todos os sentidos: subdesenvolvidos, tornando-os alvo de intervenções culturais, religiosas, políticas, sociais e econômicas. Estadistas e diplomatas estadunidenses fazem descrições carregadas de racismo e estereótipos sobre os latino-americanos, deliberadamente desumanizando-os: John Quincy Adams, sexto presidente norte-americano, classificava os latino-americanos como: “vagabundos, sujos e grosseiros, comparáveis a um bando de porcos” (KUHN & ARÉVALO, 2015, p. 2).

Kuhn e Arévalo foram um pouco mais profundos em sua análise, quando afirmam que a Doutrina Monroe foi inicialmente elaborada como uma estratégia de garantir a segurança nacional estadunidense. A ideia central seria de prevenir antecipadamente uma eventual invasão europeia ao seu território. A doutrina enaltece a importância geoestratégica e política que a região representava aos interesses norte-americanos, e o Haiti se via dentro desse ambicioso projeto hemisférico.

Até o início da primeira Guerra Mundial (1914), os Estados Unidos enviaram tropas para a referida ilha em várias ocasiões com o propósito de preservar interesse norte-americanas naquela ilha. Foi revisada a constituição haitiana conforme a solicitação dos Estados Unidos, o

que provocou revolta da parte contrária à ocupação territorial pelos fuzileiros navais (MATIJASCIC, 2010, p. 9).

Entre 1915 e 1934, os EUA ocuparam militarmente o Haiti com intuito estratégico, que visava defender os interesses econômicos das grandes empresas norte-americanas, principalmente as de extração de recursos naturais como a *Haitian American Sugar Company* (BOOKMANLIT, 2019; BUSCHSCHLUTER, 2010). Este padrão de proteção dos investimentos norte-americanos na ilha se repetiu diversas vezes ao longo do século XX e ditou a forma como os EUA se relaciona com o Haiti. Tal intervenção provocou uma enorme expansão da instabilidade política no país. Em 1943, os EUA trabalharam para instituir uma embaixada no Haiti, já vislumbrando a forma muito bem consolidada que a relação de dominância do seu entorno estratégico – a América Latina e, dentro desta, a América Central (AYERBE, 2002) — aconteceria durante a Guerra Fria. Durante tal período, o Haiti foi fortemente influenciado pelas políticas de Estado dos norte-americanos. Assim, os haitianos presenciaram alternâncias de governos não democráticos até os anos 1990, ora sob apoio estadunidense ora com restrições econômicas desses.

No começo da intervenção estadunidense, em 1915, várias medidas foram implementadas com o intuito de alcançar certos interesses no país caribenho. No mesmo ano em que começou o processo intervencionista, foi criada uma força militar, *Gendarmerie do Haiti*, treinada pela força armada americana para manter a ordem interna em meio ao caos político que comprometia o funcionamento das instituições nacionais. Além de desempenhar função policial que visava reestabelecer a ordem interna, a *Gendarmerie do Haiti* tinha liberdade para participar democraticamente em assuntos políticos. A estabilidade parecia ser alcançada somente durante a vigência das tropas norte-americana no país, ou seja, após a retirada das forças especiais, o Haiti não tardou em afundar-se novamente em crise, que se instaurou a partir de 1934 e se estendeu aproximadamente até a década de 1990 (ÉTIENNE, 2007, pg. 157; MATIJASCIC, 2009).

De 1934 a 1956, o país mergulhou numa crise provocada pela disputa ao poder entre negros e mulatos, além, é claro, da interferência constante dos comandantes da *Gendarmerie do Haiti* nas decisões políticas. Os comandantes disputavam a todo custo o protagonismo do acesso ao poder político. Pode-se dizer que a incessante disputa pelo poder no Haiti entre negros e mulatos é o verdadeiro fio condutor da constante instabilidade e dependência extrema do país das potências estrangeiras. Nicholls (1996) retrata que, da independência até as vésperas da Primeira Guerra Mundial, as disputas internas pelo poder entre negros e mulatos foram

constantes. O autor acredita que negros e mulatos, primeiramente, se uniram para extinguir a dominação colonial. Uma vez alcançado esse objetivo, a luta agora se trava internamente entre si, na busca do monopólio do poder:

[...] a hostilidade entre os dois grupos levou a cada um, quando ocupou o governo, preferir intervenções externas em assuntos domésticos a permitir que o grupo rival tomasse o poder. Frequentemente, observamos que os políticos haitianos solicitaram assistência estrangeira militar em troca de benefícios como ceder parte do território para uma base naval ou oferecer vantagens comerciais. No início do século XIX, os britânicos e franceses estavam mais propensos a obter privilégios no Haiti; ao final do mesmo século, essa situação foi gradualmente substituída pelos Estados Unidos e pela Alemanha (MATIJASCIC, 2009 *apud* NICHOLLS, 1996, p. 8).

A incessante disputa rapidamente fez chegar ao poder François Duvalier⁴, vulgarmente conhecido como “Papa Doc”, “Doutor Papai” em francês, um apelido que recebeu do povo devido a sua formação em medicina e sua calorosa contribuição ao combate de doenças tropicais, como malária e tifo, no meio da população mais carente. Duvalier regressou ao país após um período de exílio, quando deixou o país por alegação de perseguição por parte das forças militares da *Gendarmerie do Haiti*, que o havia acusado de apoiar o presidente deposto Dumarsais Estimé. Fez uma campanha populista contra a elite mulata⁵ que comandava o Haiti. Com apoio dos negros, elegeu-se presidente (CABRAL, 2016; MATIJASCIC, 2009).

⁴ Nos anos de 1950, do Século passado instaurou-se no Haiti regime de opressão, por vezes denominado como a “Era Duvalier”. François Duvalier ascendeu ao poder em 1957, através de uma vitória bastante contestado pelos adversários políticos que consideram o escrutínio como consequência de interferência para manipular resultado que garantiu sua vitória. Duvalier era também integrante de movimento “negritude” que protestava contra a ocupação estadunidense e luta pela igualdade com elite mulata. Buscou sobretudo manter certa influência a nível das forças armadas como estratégia de garantir máxima segurança de seu governo, e reprimir os opositores do regime. Além do mais, o presidente eleito era também praticante nato da religião Vodou, algo que buscou ao longo do período buscou institucionalizar como religião a ser seguido para todos os haitianos.

⁵ É um termo designo às pessoas de pele clara, descendentes originados de resultado da miscigenação entre africanos escravizados nas américas e brancos europeus colonizadores. No começo, a expressão era também usada para designar pessoas mestiças. Contudo, existem duas teorias para a origem do termo mulato: latina e árabe. A primeira teoria sustenta que o termo mulato origina do prefixo “mula” (*mullus* em latim), que veio do cruzamento de cavalo com jumenta ou do jumento com a égua. A segunda teoria argumenta que o termo provém do árabe “*muwallad*” (indivíduo nascido de um pai árabe com uma mãe estrangeira ou de um pai escravo e mãe livre). O termo é bastante controverso, e amplamente criticado em outras realidades. Nas últimas décadas, houve várias críticas em torno do uso da expressão “mulato”. Grupos ligados ao Movimento Negro enfatizam que a palavra é ofensiva e racista e que precisaria ser abolida, porquanto deriva do animal “mula”. No contexto Brasil a expressão do termo “mulato” é considerada pejorativo pela maioria da população mestiça. Estudos do IBGE de 2008 mostram que o termo “mulato” é pouco usado pelos brasileiros, segundo a pesquisa, apenas 0,6% dos entrevistados consideram-se como “mulatos”. Já no contexto haitiano, o termo é bastante usado para referir a diferença de classe política, economia e social, ainda que fosse um termo pejorativo no contexto de outras nações. O termo refere-se aos indivíduos mestiços e é usado para diferenciar status de classe econômica, política e social, pois, os mulatos eram e ainda são proprietários de capitais sociais, político e econômico daquele país.

Em 1956, Duvalier assumiu a presidência e buscou conter as revoltas da massa popular e até mesmo extinguir o papel político da *Gendarmerie do Haiti*. Ao assumir o poder, o presidente não tardou em colocar suas pretensões políticas em ação, e foi logo mandando seus inimigos/adversários políticos para o exílio e passou a reprimir a elite mulata, seja de forma direta (perseguição) ou indireta (destituição dos mulatos de cargos públicos e promoção dos negros às posições de destaque). Essa prática foi verificada amplamente dentro da estrutura da *Gendarmerie do Haiti*. Em 1962, François Duvalier instaurou um regime de governo autoritário no Haiti, eliminando a oposição política e criou, ao mesmo tempo, uma força sob sua tutela, *Voluntários da Segurança Nacional (VSN)*, cujo papel era diferenciado daquele da *Gendarmerie do Haiti*. O VSN prezava pela manutenção da ordem através do uso de violência, em detrimento da segurança do Estado e do interesse pessoal do ditador – os assuntos políticos, no entanto, estão distantes de suas funções, a menos quando necessário para fazer valer o interesse do presidente em reprimir e ou violentar os adversários políticos, como também calar a opinião pública que vai contra o regime (MATIJASCIC, 2009).

Ao longo da vigência do seu regime, Duvalier pressionou juízes da Corte de Justiça para que estes cedessem à sua vontade. Rapidamente, ordenou a revisão da constituição, revogando as leis com intuito de nutrir a sequência de suas ambições ditatoriais e garantir a sucessão do seu filho ao poder, mesmo que este ainda não tivesse atingido a idade exigida pela lei constitucional do país. Duvalier governou os haitianos sob pressão autoritária de 1956 até 1971, quando foi substituído pelo seu filho, Jean-Claude Duvalier, que deu o seguimento até o fim do regime duvalierista em 1986 (DURANS; SANTOS, 2016).

3 Dependência política e socioeconômica

Iniciamos agora uma parte crucial de nossa análise, nos debruçando sobre um dos mais nefastos períodos para a economia dos países periféricos no pós-independência: o Consenso de Washington⁶ e o neoliberalismo⁷. Assim, os anos 1980 distinguem-se na história do Sistema

⁶ Conjunto de grandes medidas, que se compõem de dez regras básicas, formulada numa reunião em 1989 pelos economistas de orientação neoliberal, em Nova Iorque. O Consenso de Washington previa a equidade na gestão de tesouro público pela promoção de exportação e reajustamento de equilíbrio macroeconômico das economias. As regras foram adotadas como política oficial do FMI a partir de 1990, quando passam a ser “receitas” para promover “ajustamento macroeconômico” das economias dos países em vias de desenvolvimento (BATISTA, 1994).

⁷ É um termo que surgiu no princípio dos anos de 1980. Os defensores neoliberais advocam a liberalização da economia em seu aspecto mais variado, exigindo, assim, o fim de austeridade fiscal e da interferência estatal em assuntos econômicos. Os neoliberais também justificam a necessidade de privatização e desregulamentação do sistema econômico (ANDRADE, 2019).

Internacional por serem conhecidos como a “década perdida”⁸ na economia mundial, e seu impacto manifestou-se fortemente nas economias subdesenvolvidas, gerando crises de abastecimento, inflação, extrema dificuldade de pagar suas dívidas externas e uma preocupante recessão econômica (VIZENTINI, 2004).

A ascensão de Ronald Reagan à presidência dos Estados Unidos inverteu a política externa norte-americana para os países do Terceiro Mundo, através da implementação de várias políticas macroeconômicas, sobretudo a elevação da taxa de juros que, ao fim, levou à escassez de dólar na economia mundial, prejudicando fortemente o financiamento do desenvolvimento dos países periféricos, que dependiam deste para seus projetos autônomos de desenvolvimento (VIZENTINI, 2004). Essa pressão da conjuntura internacional não foi diferente em relação à realidade haitiana, já que, na mesma década, o país conseguiu consolidar uma nova marca de sua história, com a derrubada do regime ditatorial de Duvalier⁹, em 1986, quando Reagan forçou Jean Claude Duvalier “Baby Doc”¹⁰ a renunciar ao comando do país caribenho (CORBELLINI, 2009).

O contexto histórico da crise haitiana dos anos 1980 e 1990 pode ser resumido em dois pontos principais, cuja combinação de seus fatores internos e externos resultam em uma dinâmica própria de subdesenvolvimento (MAHONEY, 2011): *i*) fatores internos relacionados à corrupção dos líderes e dirigentes do país e o confronto das elites com a massa camponesa; e *ii*) fatores externos, de natureza econômica, que estão centralizados nas vantagens comparativas que o país possui e as dívidas com as instituições financeiras internacionais (THOMAS, 2015).

Esses pontos são relevantes para compreender o contexto do Haiti e do seu relacionamento com os Estados Unidos, a partir dos anos 1980 até a virada do milênio. Primeiramente, de acordo com Pongnon (2013), o autoritarismo no Haiti substituiu o contrato social¹¹ como uma forma de acordo entre governantes e governados. O autoritarismo no

⁸ É um termo usado comumente para se referir aos anos 1980, quando vários países da América Latina, incluindo o Brasil, passaram por um período de retração industrial e estagnação econômica. Para o contexto africano, a década é conhecido como o período em que o continente perdeu a importância que tinha ao longo das primeiras décadas da evolução da Guerra Fria, ou seja, retraíram os investimentos que antes eram canalizados para os países africanos em função da disputa geopolítica entre EUA e antiga URSS (ROSTOLDO, 2003).

⁹ O maior ditador da história do Haiti, com 29 anos de governo quando calculado o período integral da governação conjunta de pai e filho.

¹⁰ Baby Doc é o filho sucessor do Papa Doc ao regime opressiva que vigorou no Haiti entre (1957-1986). Como seu pai, Baby Doc perpetuou as mesmas torturas por vezes mais cruéis. Houve várias acusações de corrupção ao longo do seu mandato, a crise dos anos 1980 ajudou de forma decisiva para o enfraquecimento do seu regime, quando finalmente a população angustiante da miséria se colocou na frente dos protestos que o levou a fugir do país, e assim, o fim de uma longa e desgastante “era duvalier”.

¹¹ É uma metáfora usada pelos filósofos contratualistas Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau para explicar a relação entre os seres humanos e o Estado. De acordo com esses autores, o homem e o Estado estabelecem um acordo (contrato) a fim de garantir a sobrevivência em sociedade.

contexto doméstico foi, sempre que necessário, criando privilégios a favor das elites nacionais, majoritariamente compostas por mulatos, e piorando a situação dos camponeses, que são considerados um grupo sem muita influência dentro da sociedade haitiana. Uma importante emancipação do movimento camponês ocorreu quando, em 1986, este enfrentou o regime Duvalier e conseguiu derrubá-lo.

A chegada dos políticos exilados, que fugiram do país na época da ditadura de Duvalier, mexeu com as bases do ambiente político do país. Todavia, longe de desestruturar as bases do sistema de opressão e desigualdade social que impunham a pobreza no país, eles, em vez disso, trabalharam pela sua manutenção. Dessa forma, o confronto entre a elite e a massa camponesa intensificou-se, envolvendo a questão de lucros que as elites buscavam nas mãos das grandes empresas transnacionais que atuam no país. Em função disso, dessa cobiça pelo lucro, que é garantido externamente, as elites acabaram por ser cooptadas pelo capital estrangeiro, não apresentando mais o sentimento nacionalista de proteger setores estratégicos da economia do país, dinâmica descrita pelo clássico trabalho de Fernandes (1975).

O Haiti apresenta vantagens comparativas em certas produções intensivas em trabalho, como a primário-exportadora — historicamente de açúcar, mas hoje em dia também dos chamados óleos essenciais — e de têxteis de baixo valor agregado, além de ser um dos maiores exportadores de banana, dentre os países da América Central. Ademais, o contexto do Haiti da década de 1980 e 1990 pode ser relacionado também à questão da dívida externa.

Como mencionado anteriormente, a relação dos Estados Unidos com os países da América Latina foi fundamentada no princípio do Consenso do Washington, segundo o qual os países em crise poderiam obter empréstimos, uma vez que se comprometessem em aderir às normas emitidas pelo Consenso, entre elas: desregulamentação, abertura econômica unilateral, privatizações em massa e responsabilidade fiscal. Isto, é claro, facilitou a tomada das forças produtivas do país pelo capital estrangeiro — seja de forma direta ou através de financiamento com taxas de juros abusivos — e a interrupção do seu projeto de desenvolvimento autônomo. Assim, a instabilidade política que o país herdou após a queda do regime de Duvalier o fez mergulhar num desastroso caos econômico devido ao alto índice de corrupção e da alienação de suas elites pelas forças externas.

A Organização das Nações Unidas (ONU), por intermédio da influência estadunidense, em setembro de 1993 ocupou o país militarmente, através de uma força conjunta entre vários países participantes da operação (CORBELLINI, 2009, p. 96). Em 2004 houve a segunda invasão do território haitiano, dessa vez pela Missão das Nações Unidas para a Estabilização

no Haiti (MINUSTAH). A missão que teve como principal tarefa resgatar o país da difícil condição em que se encontrava e mitigar o desequilíbrio social. Desde sua independência até a virada do milênio, o Estado haitiano se vê longe de experimentar uma democracia que respeite a escolha feita pela vontade da maioria, já que os presidentes democraticamente eleitos no período pós-ditadura nunca conseguiram consumir seus mandatos. Na tentativa de trazer uma explicação sobre as causas que levavam os presidentes democráticos a não completar ciclos de seus mandatos, Corbellini (2009) relacionou dois fatores internos responsáveis para esse comportamento: *i)* a desestruturação policial; e *ii)* fatores eleitorais. Segundo a autora, a desestruturação policial refere-se à corrupção dentro do sistema de segurança que se disseminou rapidamente, afetando as instituições democráticas, que consequentemente inculcam a transparência do processo eleitoral (CORBELLINI, 2009, pg. 102). A missão das Nações Unidas em 2004, no entanto, focaliza-se em reestruturar a Polícia Nacional do Haiti e recuperar a funcionalidade das instituições, que se encontravam em estado de dormência.

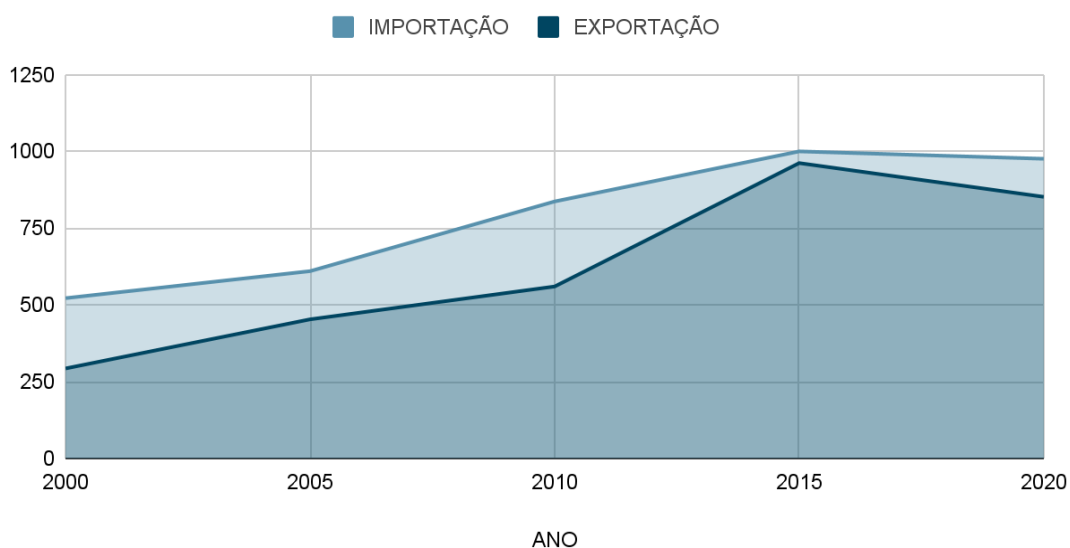
Após analisar a influência das diversas intervenções americanas no Haiti, que lograram desestabilizar o ambiente político do país, e o Consenso de Washington, que se concentrou em priorizar o capital americano no país, prejudicando seu desenvolvimento e a criação de qualquer forma de mercado interno ou internalização de seus centros de decisão econômica, é evidente perceber o grau de diferença existente nas relações comerciais e não só, entre os Estados Unidos e Haiti. O resultado de décadas de dependência do centro capitalista, representado aqui primordialmente pelos Estados Unidos da América, é facilmente perceptível quando se observa a atual sociedade haitiana.

Na década de 2000, os EUA instituíram, unilateralmente, os atos HOPE e HELP¹² (Esperança, e Ajuda) que visavam a fácil entrada dos produtos têxteis haitianos no território americano, eliminando suas tarifas de importação (EUA, 2019). Hoje, 83% das exportações do Haiti têm como destino os Estados Unidos (WHAT, 2016), dependendo enormemente do gigante norte-americano para sua balança de pagamentos. Esta, por sua vez, ainda possui déficits crônicos, que atingiram a soma de 2,18 bilhões de dólares em 2017 (OEC, 2017).

¹² Sigla em inglês que significa Esperança e Ajuda ao povo haitiano.

Figura 1: Importação e Exportação Haiti-EUA

Importação e Exportação haitiana para os EUA em milhões US\$



Fonte: elaboração própria com base nos dados da The Observatory of Economic Complexity, 2016.

O gráfico nos mostra o quanto o país caribenho é fortemente atingido pela dependência em relação aos Estados Unidos. Ao longo das última duas décadas, a importação haitiana quase duplicou, ultrapassando a casa de quinhentos milhões para um bilhão. Apesar de sua exportação ter acompanhado gradualmente a dinâmica da importação, ainda se considera insuficiente para equilibrar as contas da balança de pagamentos, ou seja, o Estado haitiano gasta mais do que arrecada. De acordo com a linguagem econômica, essa relação representa um déficit nas contas públicas, o que significa que um país em situação semelhante a essa está propenso ao endividamento e/ou a depender exclusivamente de apoio externo.

Tal relação mostra a extrema dificuldade do país em internalizar seus centros de decisão econômica (CARDOSO; FALETTTO, 1970) — característica comum de países dependentes — não possuindo autonomia para direcionar seu desenvolvimento para atender às necessidades do povo haitiano, e ainda possuindo um mercado interno fraco e insuficiente para gerar demanda agregada que contribua de maneira positiva sobre a renda do país. Conforme observa o texto a seguir,

Ainda hoje a economia haitiana é marcada por seu passado colonial e sua lógica de superexploração de uma mão-de-obra abundante e pouco qualificada (à época, nas grandes plantações de monocultura: cana-de-açúcar e café) para a exportação. Trata-se de uma economia dependente, pouco diversificada, voltada para a produção de bens primários principalmente destinados às antigas metrópoles (THOMAS, 2015, p. 134).

A burguesia do país, ao invés de investir em infraestruturas e nos setores produtivos, se concentra no comércio de importação-exportação e especulações. A classe burguesa administra o país como acionistas, prioriza no entanto, interesse pessoal apressada em extrair o máximo de benefício possível, sem dar nada em troca a sociedade. Assim, o Haiti possui uma economia “voltada para fora”, característica que transpassa tal esfera e transborda para outros setores de sua sociedade, direcionando-a de forma total para as principais intervenções americanas no país.

4 Considerações finais

A dependência do Haiti em relação aos Estados Unidos apresenta uma característica metafórica simbolizada em uma relação entre forte e fraco, pobre e rico, industrializado e não industrializado. O Haiti, país que historicamente apresenta uma importância no desencadeamento de lutas revolucionárias em todo o mundo, parece não encontrar o caminho que tanto lutou para desenvolver seu projeto de desenvolvimento nacional, o que lhe impossibilita em alcançar objetivos e superar as mazelas de um histórico escravagista.

O reflexo do passado histórico da escravidão, evidentemente explícito na relação de desigualdade entre mulato e negro, tem sido um dos, se não o maior, problema interno, que dificulta a coesão nacional rumo ao desenvolvimento daquela nação. Uma sociedade extremamente dividida, sobretudo no que diz respeito à questões raciais, onde efetivamente um grupo de indivíduos é mais privilegiado em relação ao outro devido a cor da pele, é nítido perceber nuances de desigualdade gritante no dia a dia do povo haitiano. A classe poderosa aproveita do poder para usufruir e controlar o extenso aparato burocrático do Estado com intuito de manter a superioridade e vantagem sobre as classes mais baixas.

A violência no Haiti vem crescendo acentuadamente nas últimas décadas, jovens desempregados buscam trilhar caminhos que os garantem o pão na mesa, muitos se integram nas redes de “gangues” espalhados na capital. Vale ressaltar ainda a questão da corrupção no setor público e privado como um dos maiores obstáculos interno que a sociedade haitiana enfrenta.

Além disso, o caráter das exportações haitianas, de baixa tecnologia e baixo valor agregado, não permite ao país qualquer tipo de acumulação de capital que possibilite uma emancipação da atual relação com os EUA, por exemplo, através do desenvolvimento de uma indústria de defesa hábil a gerar dissuasão militar, ou do incentivo à formas autônomas de integração regional, já que o atual bloco da região caribenha, a Comunidade do Caribe

(CARICOM), age sob influência direta dos EUA. O Estado haitiano se encontra no fundo do tunel sem saber o caminho certo que leva à saída, ainda que tenha noção explícita do tipo de relação ao qual está submetido frente ao Estados Unidos. O país caribenho se sente ameaçado em tentar se desvincular desta relação, “pois a sua dependência econômica em relação aos Estados Unidos é muito grande, uma armadilha que talvez seria possível dismantelar num período de médio e longo prazo. O gráfico anterior demonstra de forma explícita a evolução da dependência haitiana nas relações comerciais com os Estados Unidos (ECONOMIC COMPLEXITY, 2016).

A forma como os Estados Unidos buscam, incessantemente, manter o Haiti dentro de sua esfera de influência estratégica pode ser vista, por exemplo, por discursos de seus líderes, como o de Barack Obama após o terremoto que abalou o território haitiano:

Por décadas, a liderança dos Estados Unidos é baseada em parte no fato de que nós não usamos nosso poder para subjugar os outros países, nós o usamos para erguê-los – foi assim na reconstrução dos nossos antigos adversários após a II Guerra Mundial, fornecendo comida e água para o povo de Berlim, ou na ajuda ao povo da Bósnia e Kosovo a reconstruir suas vidas e suas nações (G1, 2010).

Tal senso de vocação nata de liderança demonstrada pelos EUA, ainda remanescente do Destino Manifesto, foge somente do discurso e é repetidamente exercida, porém de forma não tão benevolente quanto as palavras revelam. Em suma, a presença norte-americana no Haiti abrange todas as principais esferas do Estado haitiano, se baseando em três pontos: *i)* defesa dos interesses econômicos das empresas norte-americanas no país, através de *soft power* e ações indiretas; *ii)* intervenção direta — *hard power* — quando o *soft power* não fora suficiente; e *iii)* busca pela total inserção do país na sua zona de influência política direta. Tais pontos resultaram, mais do que tudo, no subjugo do pequeno país caribenho à potência central, tendo sido todo e qualquer projeto de desenvolvimento independente desestabilizado e imobilizado. Seu ambiente social foi, assim, moldado pela ação exógena, criando desigualdade, miséria e uma intensa dependência do meio externo. A crise humanitária no Haiti, portanto, não é só consequência de corrupção e conflitos pelo poder, ou de desastres naturais, mas, acima de tudo, um projeto exógeno de uma grande potência imperial.

Referências

ANDRADE, Daniel Pereira. **O que é o neoliberalismo?** A renovação do debate nas ciências sociais: 2019.

AYERBE, Luís Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Unesp, 2002.

BATISTA, Paulo Nogueira. **A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**: ano, 1994.

BOOKMANLIT. **Corporate Interests and the American Occupation of Haiti**. Bookmanlit [online], 2019. Disponível em: <http://www.bookmanlit.com/usoccupation.html>. Acesso em: 08 jun. 2019.

BUSCHSCHLUTER, Vanessa. **The long history of troubled ties between Haiti and the US**. BBC News, Washington, 16 jan. 2010. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/8460185.stm>. Acesso em: 05 jun. 2019.

BYRON, Kuhn; ARÉVALO, Raquel. **A doutrina monroe e suas influências: Impactos nas Américas**. v.3, nº 1, 2015.

CABRAL, Danilo Cezar. **Papa Doc, o ditador que tocou o terror no Haiti**. Super Interessante, [s. l.], 11 nov. 2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/papa-doc-o-ditador-que-tocou-o-terror-no-haiti/>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2022.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

CORBELLINI, Maria Dalalana. **Haiti: da crise à MINUSTAH**. 2009. 155f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17674/000721343.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 de junho de 2022.

COSTA, Priscila Borba Da. O Destino Manifesto do povo estadunidense e o Espírito Colonizador Ibérico: a expansão e conquista em nome de Deus e a desmistificação do Paraíso na Terra. **Revista Espaço Acadêmico**, Nº 138, nov. de 2012.

DURANS, Cláudia; SANTOS, Rosenverck. Haiti: significado histórico, realidade e perspectivas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, Número Especial, p. 127-133, nov. de 2016. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/download/5961/3576>. Acesso em: 05 jun. 2019.

EUA. International Trade Administration. **Haiti Country Commercial Guide**. Washington: U.S. Department of Commerce, 8 mar. 2019.

ÉTIENNE, Sauveur Pierre. **L'énigme haïtienne. Échec de l'État moderne en Haïti: Échec de l'État moderne en Haïti**: presses de l'Université de Montréal, 2007. Disponível em

https://www.jstor.org/stable/j.ctv69sxvd?oauth_data=eyJlbWFpbCI6ImNhW5hdGViaXNzaW5kZU BnbWFpbC5jb20iLCJpbnN0aXR1dGlvbklkcyI6W119. Acesso em: 23 set, 2022.

FARMER, Paul. **The Uses of Haiti**. Monroe: Common Courage Press, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

G1. **Missão dos EUA é apoiar o Haiti também após tragédia, diz Obama em artigo**. Globo.com, São Paulo, 16 jan. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1450406-5602,00-MISSAO+DOS+EUA+E+APOIAR+O+HAITI+TAMBEM+APOS+TRAGEDIA+DIZ+OBAMA+EM+ARTIGO.html>. Acesso em: 08 jun. 2019.

HOFFMANN, L.F. Les Etats-Unis et les Américains dans les lettres haïtiennes. **Études littéraires**, 13(2), 289–312, 1980. Disponível em: <https://doi.org/10.7202/500517ar>. Acesso em 22 de setembro de 2022.

IFC. **IFC's Engagement in the Haitian Apparel Sector: how IFC Supports Haiti's Position in the Global Apparel Supply Chain**. 2017. Disponível em: <https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/311b3383-aa88-4a7a-9467-f2f17e19c2aa/haiti-trifold-02.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 08 jun. 2019.

MAHONEY, James. Liberalismo radical, reformista y frustrado: orígenes de los regímenes nacionales en America Central. **América Latina Hoy**, Salamanca, v. 57, p. 79-115, abr. 2011.

MATIJASCIC, Vanessa Braga. **Haiti: uma história de instabilidade política**. Anais do XX Encontro Regional de História: São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Vanessa%20Braga%20Matijascic.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2019.

MATIJASCIC, Vanessa Braga. **Haiti: Uma História de Instabilidade Política**. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010.

MOUNTJOY, Shane. **Manifest destiny: westward Expansion**. Milestones in American History. Infobase Publishing. New York, 2009

NATIONAL ACADEMY OF PUBLIC ADMINISTRATION. **Why Foreign Aid to Haiti Failed**. International Affair Series, Washington DC, 2006. Disponível em: https://www.napawash.org/uploads/Academy_Studies/06-04.pdf. Acesso em: 05 jun. 2019.

NICHOLLS, David. **From Dessalines to Duvalier: Race, Colour and National Independence in Haiti**. Nova Brunswick: Rutgers, 1996.

OEC. **The Observatory of Economic Complexity**, MIT, 2017. Disponível em: <https://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/hti/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

OFFICE OF THE HISTORIAN. **A Guide to the United States' History of Recognition, Diplomatic, and Consular Relations, by Country, since 1776**: Haiti. Disponível em: <https://history.state.gov/countries/haiti>. Acesso em: 05 jun. 2019.

O'SULLIVAN, John. "Annexation" **United States Magazine and Democratic Review** 17, no.1 (July-August 1845): 5-10 <http://web.grinnell.edu/courses/HIS/f01/HIS202-01/Documents/OSullivan.html> - Última vez acessado em 26/07/2011.

PONGNON; Vogly Nahum. **A imagem dos latino-americanos na liderança do componente militar da MINUSTAH através da visão de dois setores vitais da nação haitiana**: os educadores e os camponeses. 2013. 133f. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparado das Américas) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados das Américas, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. Ano, 2003.

SANTOS, Marcelo. **O poder norte-americano e a América Latina no pós-guerra fria**. 1ª ed. São Paulo: Annablume Editora, 2007.

SCHILLING, Voltaire. **Estados Unidos e América Latina da Doutrina Monre à ALCA**. 2002

SCHOUTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão**: uma história da política norte-americana em relação à América Latina. 1ª ed. Bauro, SP: EDUSC, 2000.

THOMAS, Frédéric. Haiti: um modelo de desenvolvimento anti-camponês. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.19 n. 35, p.129-141, jul./dez. 2015.

TRADING ECONOMIC. **tradingeconomics.com/Haiti/gdp**: disponível em <https://tradingeconomics.com/haiti/gdp>. Acesso no dia 20 de jun. de 2023.

VASCONCELOS, Sueli. **Haiti: da independência à ditadura Duvalier**: Estado de Minas - Julho - 2021.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Guerra Fria**: o desafio socialista à ordem americana. Leitura XXI: Porto Alegre, 2004.

WHAT did Haiti export in 2016? **The Atlas of Economic Complexity**, Harvard, 2016. Disponível em: <http://atlas.cid.harvard.edu/explore/?country=101&partner=undefined&product=undefined&productClass=HS&startYear=undefined&target=Product&year=2016>. Acesso em: 08 jun. 2019.

Recebido em 24 de fevereiro de 2023.
Aceito para publicação em 25 de maio de 2023.